

OS TESTES PSICOLÓGICOS E AS SUAS PRÁTICAS

Valdeci Gonçalves da Silva

Psicólogo. Professor Titular de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
Especialista em Metodologia do Ensino de 3o grau. Mestre em Sociologia da Sexualidade

Contacto:

valdecipsi@hotmail.com

RESUMO

Este texto faz um breve percurso histórico dos testes psicológico, e comenta o modo como os mesmos são aplicados com base nas suas diversas características: inteligência, aptidão, vocação, personalidade e outros, e chama a atenção para o princípio da isonomia que deve pautar esse tipo de atividade. Ressalta a importância de o psicólogo desmistificar a psicométrica seja no contexto clínico, de seleção de pessoal, de exame de habilitação para carteira de motorista, etc. Assim como, procura especificar e diferenciar os conceitos de Avaliação Psicológica, Psicoterapia e Psicodiagnóstico. Uma vez que, a situação de psicotécnico é bastante mobilizadora de angústia e tensão, além do que, em geral, os examinados têm uma visão pouco realista dos testes psicológicos, tenta atenuar os preconceito e estereótipo que são forjados em torno desse instrumento avaliativo e exclusivo do psicólogo. Por fim, são explicitadas as condições ambientais e psicológicas ideais para a realização do exame psicológico, as posturas operacionais e as condutas éticas adequadas ao aplicador/examinador.

Palavras-chave: Teste psicológico, *rapport*, psicotécnico, avaliação psicológica, psicodiagnóstico

I - INTRODUÇÃO

“Todo nosso conhecimento inicia-se nos sentidos,
passa ao entendimento e termina na Razão”

(IMMANUEL KANT).

A Psicologia contemporânea parece confundir-se com a aplicação dos testes psicológicos e, em alguns casos, julga-se que, sem esse tipo de instrumento, o psicólogo não seria capaz de fazer

qualquer afirmação científica do comportamento humano. Talvez, devido ao fato das ciências serem conhecidas por suas técnicas e que lhes permitem aplicações e resultados visíveis. Assim, como o público tende a ver os antibióticos como capazes de curar todas as infecções, por analogia, também a considerar os testes como recursos infalíveis para conhecer as pessoas e suas aptidões.

No entanto, assim como o médico é obrigado a conhecer a potencialidade dos remédios e a levar em conta suas contra-indicações, da mesma forma o psicólogo deve saber, não apenas as vantagens dos testes psicológicos, mas, também, os limites de sua utilidade e validade. Do contrário, correrá o risco de apresentar diagnósticos falsos ou deformados, pois estariam baseados em resultados falhos e incompletos.

Os testes psicológicos não consistem numa exemplar neutralidade e eficácia em 100% nos seus resultados, mas isto não implica que os mesmos devam ser dispensados. Desde que atendidas as pré-condições de sua aplicação, e que o psicólogo examinador tenha conhecimento, domínio da sua aplicação e avaliação, os testes se instalam como referencial que elimina boa parte da “contaminação” subjetiva das suas percepções e julgamentos.

Cabe ressaltar o uso dos testes psicológicos na sua condição de mais um recurso que auxilia o profissional na compreensão e fechamento das considerações a respeito do(s) examinando(s), seja em processo seletivo (exame psicológico ou psicotécnico), ou paciente(s), na avaliação psicológica e psicodiagnóstico.

II - CONCEITUAÇÃO DOS TESTES PSICOLÓGICOS

Os testes psicológicos, da forma que se conhece hoje, são relativamente recentes, datam do início do século XX. Um teste psicológico no sentido epistemológico consiste numa tarefa controvertida, porque dependerá de posições e suposições de caráter filosófico. Para Cronbach (apud PASQUALI, 2001, p.18), “um teste é um procedimento sistemático para observar o comportamento e descrevê-lo com a ajuda de escalas numéricas ou categorias fixas”. Em outras palavras, um teste psicológico é fundamentalmente uma mensuração objetiva e padronizada de uma amostra de comportamento. Uma verificação ou projeção futura dos potenciais do sujeito. O parâmetro fundamental da medida psicométrica são as escalas, os testes, é a demonstração da adequação da representação, isto é, do isomorfismo entre a ordenação dos procedimentos empíricos e teóricos. Enfim, explicita que a operacionalização dos comportamentos (itens), corresponda ao traço *latente*¹.

III - ORIGENS DOS TESTES PSICOLÓGICOS

Com base em Pasquali (2001), a história dos testes psicológicos, se destaca em sucessivas décadas, de tal maneira que é possível associar muitos autores a alguns períodos bem específicos.

3.1 - A Década de Galton: 1880. Para Francis Galton (biólogo inglês) a avaliação das aptidões humanas se dava por meio da medida sensorial, através da capacidade de discriminação do tato e dos sons. Galton (apud ANASTASI, 1977) entendia que,

“a única informação que nos atinge, vinda dos acontecimentos externos, passa, aparentemente pelo caminho de nossos sentidos. Quanto maior o discernimento que os sentidos tenham de diferentes, maior o campo em que podem agir no nosso julgamento de inteligência”(GALTON apud ANASTASI, 1977, p.8).

A contribuição de Galton para a psicometria ocorreu em três áreas: Criação de testes antropométricos para medida de discriminação sensorial (barras para medir a percepção de comprimento); Apito para percepção de altura do tom; Criação de escalas de atitudes (escala de pontos, questionários e *associação livre*²); Desenvolvimento e simplificação de métodos estatísticos (método da análise quantitativa dos dados coletados);

3.2 - A Década de Cattell: 1890. Influenciado por Galton, James M. Cattell (psicólogo americano) desenvolveu medidas das diferenças individuais, o que resultou na criação da terminologia *Mental Test* (teste mental). Elaborou em Leipzig sua tese sobre diferenças no Tempo de Reação. Este consiste em registrar os minutos decorridos entre a apresentação de um estímulo ou ordem para começar a tarefa, e a primeira resposta emitida pelo examinando. Cattell seguiu as idéias de Galton, dando ênfase às medidas sensoriais, porque elas permitiam uma maior precisão;

3.3 - A Década de Binet: 1900. Seus interesses se voltavam para avaliação das aptidões mais nas áreas acadêmica e da saúde. Alfred Binet e Henri fizeram uma série de crítica aos testes até então utilizadas, afirmando que eram medidas exclusivamente sensoriais que, embora permitisse maior precisão, não tinham relação importante com as funções intelectuais. Seu conteúdo intelectual fazia somente referências às habilidades muito específicas de memorizar, calcular, quando deveriam se ater às funções mais amplas como memória, imaginação,

compreensão, etc. Em 1905, Binet e Simon desenvolveram o primeiro teste com 30 itens (dispostos em ordem crescente de dificuldade) com o objetivo de avaliar as mais variadas funções como julgamento, compreensão e raciocínio, para detectar o nível de inteligência ou retardo mental de adultos e crianças das escolas de Paris-FR. Estes testes de conteúdo cognitivo atendiam a funções mais amplas, e foram bem aceitos, em especial nos Estados Unidos da América, com base na sua tradução por Terman (1916), nascendo, assim, a era dos testes com base no Q.I. (idealizado por W. Stern).

$$\text{Q.I.} = 100 (\text{IM/IC})^3$$

O período de 1910-1930 é considerado a era dos testes de inteligência sob as influências: Do segundo teste de Binet & Simon (1909); Do artigo de Spearman sobre o fator G (1909); Da revisão do teste de Binet para os EUA, Terman (1916); e do impacto da primeira guerra mundial com a necessidade de seleção rápida e eficiente, de contingente para as forças armadas. Na Bahia, em 1924, Isaias Alvez fez a adaptação da escala Binet-Simon, considerada como um dos primeiros estudos de adaptação de instrumentos psicométricos no Brasil (NORONHA & ALCHIERI, 2005);

3.4 - A Década da Análise Fatorial: 1930. Por volta de 1920, diminuiu o entusiasmo pelos testes de inteligência, sobretudo por se demonstrar dependentes da cultura onde foram criados, o que contrariava a idéia de fator geral universal de Spearman. Kelley quebrou a tradição de Spearman em 1928, e foi seguido, na Inglaterra, por Thomson (1939) e Burt (1941), e nos EUA, por Thurstone. Este autor é relevante para época, em vista de que, além de desenvolver a análise fatorial múltipla, atuou no desenvolvimento da escalagem psicológica - Thurstone & Chave (1929) fundando, em 1936, a Sociedade Psicométrica Americana e a revista *Psychometrika*;

3.5 - A Era da Sistematização: 1940-1980. Esta época é marcada por duas tendências opostas: Os trabalhos de síntese e os de crítica. Em 1954, Guilford reedita *Psychometric Methods* e tenta sistematizar a teoria clássica, e Torgerson (1958) a teoria sobre a medida escolar. Além disso, Cattell & Warburton (1967) procuraram sintetizar os dados de medida em personalidade, e Guilford (1967) a teoria sobre a inteligência. Entre os trabalhos da crítica, destaca-se Stevens (1946), que levantou o problema das escalas de medidas. Divulgou-se também a primeira crítica à teoria clássica dos testes na obra de Lord e Novick (1968, *Statistical Theory of Mental Test Scores*), que iniciou o desenvolvimento de uma teoria alternativa, a do traço latente, que se junta à teoria moderna de Psicometria, e a Teoria de Resposta ao Item - TRI. Outra tendência crítica para superar as dificuldades da Psicometria clássica foi iniciada pela Psicologia Cognitiva de

Sternberg e Detterman (1979), Sternberg e Weil (1980), com seu modelo, procedimentos e pesquisas sobre os componentes cognitivos, na área da inteligência;

3.6 - A Era da Psicometria Moderna (Teoria de Resposta ao Item - TRI): 1980. Talvez, chamar a era atual de TRI seja inadequado levando-se em consideração que:

a) Esta teoria embora seja o modelo no Primeiro Mundo, ainda não resolveu todos seus problemas fundamentais para se tornar um modelo definitivo de psicometria;

b) Ela não veio para substituir toda a psicometria clássica, mas, apenas partes dela. Porém, é o que há de mais novo nesse campo.

IV - TIPOS DE TESTES PSICOLÓGICOS

Os testes psicométricos se baseiam na teoria da medida e, mais especificamente, na psicometria, usam números para descrever os fenômenos psicológicos, ao passo que os testes impressionistas, ainda que utilizem números, se fundamentam na descrição lingüística. Os testes psicométricos usam a técnica da escolha forçada, escalas em que o sujeito deve simplesmente marcar suas respostas. Primam pela objetividade: tarefas padronizadas. A correção ou apuração é mecânica, portanto, sem ambigüidade por parte do avaliador. Os testes impressionistas requerem respostas livres, sua apuração é ambígua, sujeita aos vieses de interpretação de quem os avalia. O psicólogo impressionista trabalha com tarefas pouco ou nada estruturadas, a análise dos conteúdos projetados dá margem para interpretações subjetivas do próprio avaliador, e os resultados são totalmente dependentes da sua percepção, dos seus critérios de entendimento e bom senso.

4.1 - Testes Coletivos Versus Testes Individuais

Os testes coletivos são planejados, basicamente, para exame em massa. Em comparação aos testes individuais, têm suas vantagens e desvantagens. Do lado positivo, podem ser aplicados simultaneamente em grandes grupos, como por exemplo, em concurso público. Em cada escala torna-se possível desenvolver técnicas de testes coletivos. Ao utilizar apenas itens escritos, e respostas simples que são registradas nas folhas de respostas. Isso facilita o exame, e o papel do examinador é bastante simplificado, uma vez que elimina a necessidade da relação direta com o examinando. Em contraste com o treinamento intensivo e a experiência exigida para aplicar os testes individuais, a exemplo do Rorschach (teste projetivo de personalidade).

A maioria dos testes coletivos exige somente a habilidade de ler as instruções simples para os examinandos e manter o tempo exato. Dão mais uniformidade de condições, uma vez que difere dos individuais, tanto na forma de disposição dos itens quanto na característica de recorrer a questões de múltipla escolha, e a aferição dos seus resultados, geralmente, é mais objetivo. Embora os testes coletivos tenham muitos aspectos desejáveis, porém carece de uma função indispensável, que é a oportunidade do examinador estabelecer relação com o examinando para obter sua cooperação e manter o seu interesse.

Diferente da aplicação dos testes coletivos, os individuais são quase inevitáveis às observações complementares do comportamento do sujeito, a exemplo de identificar as causas da má realização em determinados itens, ou de qualquer indisposição momentânea, fadiga, angústia, etc., que possa interferir na sua realização, o que é pouco ou nunca identificado no exame coletivo.

O tipo de resposta mais utilizada em testes psicométricos, praticamente em sua totalidade é a escrita, a saber, lápis-e-papel. A grande vantagem desta técnica é que os testes podem ser aplicados coletivamente a grandes amostras de sujeitos, ocorrência difícil de acontecer em situações nas quais as respostas são dadas verbalmente ou exige uma observação mais direta do comportamento pessoal do testando.

4.2 - Categoria dos Testes

Os testes podem ser divididos e subdivididos nas seguintes categorias:

- a) Objetividade e Padronização: Testes psicométricos e impressionistas;
- b) Construto (processo psicológico) que Medem: Testes de capacidade intelectual (inteligência geral - Q.I.); Teste de aptidões (inteligência diferencial: numérica, abstrata, verbal, espacial, mecânica, etc.); Testes de aptidões específicas (música, psicomotricidade, etc.); Testes de desempenho acadêmico (provas educacionais, etc.); Testes neuropsicológicos (testes de disfunções cerebrais, digestivos, neurológicos, etc.); Testes de preferência individuais (personalidade; atitudes: valores; interesses; projetivos; situacionais: observação de comportamento, biografias);
- c) Forma de Resposta: Verbal; Escrita: papel-e-lápis; Motor; Via computador:

Vantagens: apresentam em melhores condições as questões do teste; corrige com rapidez; enquadra de imediato o perfil nas tabelas de interpretação; produz registros legíveis em grande número e os transmite à distância; motiva os testandos ao interagir com o computador;

Desvantagens: a interpretação dos resultados do perfil psicológico é mais limitada do que a realizada pelo psicólogo.

V - AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

O conceito de avaliação psicológica é amplo, se refere ao modo de conhecer fenômenos e processos psicológicos por meio de procedimentos de diagnósticos e prognósticos, para criar as condições de aferição de dados e dimensionar esse conhecimento (ALCHIERI & CRUZ, 2003). Os testes gráficos são mais adequados para começar um exame ou avaliação psicológica. Eles refletem os aspectos mais estáveis da personalidade, e são mais difíceis de serem modificados (OCAMPO, 1995). Segundo Cunha (1993),

“O Psicodiagnóstico é um processo científico limitado no tempo, que utiliza técnicas e testes psicológicos (*input*), em nível individual ou não, seja para entender problemas à luz de pressupostos teóricos, identificar e avaliar aspectos específicos ou para classificar o caso e prever seu curso possível, comunicando os resultados (*output*)”(CUNHA, 1993, p.5 - grifos da autora).

O psicodiagnóstico é uma forma específica de avaliação psicológica, em ambos os processos não têm *necessariamente*⁴ que fazer uso de testes psicológicos. Mas, no entender de Nascimento (2005), quando se precisa de material fidedigno, passível de reaplicação, que permita conclusões confiáveis em curto tempo, para tomada de decisões, é preciso dispor de outros recursos além da entrevista, ainda que seja para comprovar alguma característica do examinando. Para Guzzo (2001), a

“Avaliação Psicológica é um conjunto de procedimentos para a tomada de informações de que se necessita, e não deve ser entendida como um momento único em que um instrumento poderia ser suficiente para responder às questões relacionadas ao problema que se pretende investigar”(GUZZO, 2001, p.157).

Este tipo de processo é a base da atuação do profissional da psicologia seja qual for a sua ênfase (clínica, escolar, organizacional, jurídica e outras). No entender de Wechsler & Guzzo (apud PACHECO, 2005, p.12), “não há como ser um bom psicólogo se não entender o significado da avaliação psicológica como um processo de construção de um conhecimento sobre um fenômeno decorrente de uma escolha teórica e metodológica”.

A avaliação psicológica ou psicodiagnóstico configura uma situação com papéis bem definidos, e com um contrato no qual uma pessoa (o paciente) pede ajuda, e o outro (o psicólogo) aceita o pedido e se compromete a satisfazê-lo dentro de suas possibilidades. É um processo *bi-pessoal*⁵ (psicólogo-examinando ou paciente e/ou grupo familiar), cujo objetivo é investigar alguns aspectos em particular, de acordo com a sintomatologia e informações da indicação ou queixa. Abrange aspectos passados, presentes (diagnóstico) e futuros (prognóstico) do paciente. A avaliação psicológica não tem por objetivo somente identificar os aspectos deficitários ou patológicos do paciente, mas, em reconhecer os seus recursos e suas possibilidades. Ou seja, procura valorizar o que ele tem de melhor, para viabilizar seus potenciais. Para Nascimento (2005, p.216), “um bom diagnóstico se faz em parte por uma compreensão racional e em parte por uma compreensão empática”. No entender de Yalom (2006),

“Embora um diagnóstico seja inquestionavelmente crucial nas considerações terapêuticas de muitas patologias graves com um substrato biológico (por exemplo, esquizofrenia, transtornos bipolares, transtornos afetivos maiores, epilepsia de lobo temporal, toxicidade farmacológica, doença orgânica ou cerebral decorrente de toxinas, causas degenerativas ou agentes infecciosos), ele é freqüentemente contraproducente na psicoterapia comum dos pacientes com um comportamento menos grave” (YALOM, 2006, p.23 - grifos do autor).

Enfim, o psicodiagnóstico tem como perspectiva conseguir uma descrição e compreensão, o mais profunda e completamente possível da personalidade do paciente ou do grupo familiar. E sua conclusão será posteriormente transmitida, por escrito, mediante um documento denominado Laudo Psicológico (OCAMPO et al., 1995).

5.1 - Laudo Psicológico

O laudo é uma peça escrita na qual o perito expõe observações e conclusões a que chegou num processo de diagnóstico ou avaliação psicológica. Trata-se de um parecer técnico que visa subsidiar o profissional a tomar decisões. Segundo Guzzo & Pasquali (2001), deve-se evitar a sua devolução oral, porque pode ser facilmente distorcida. O laudo não é um documento exclusivo da área da psicologia, ele pode ser também das áreas jurídicas, periciais, pedagógicas, etc. Outra definição de laudo dá conta desse instrumento como um dos principais recursos para comunicar resultados de uma avaliação psicológica. Portanto, seu objetivo é apresentar materialmente um resultado conclusivo de acordo com a finalidade proposta de consulta, estudo ou prova (ALCHIERI & CRUZ, 2003). Ainda para os autores, esse documento deve ser conclusivo e se

restringir às informações estritamente necessárias à solicitação (objetivo da avaliação), com a intenção de preservar a privacidade do examinando.

5.2 - Psicodiagnóstico e Psicoterapia

Na visão de Friedenthal (apud SANTIAGO, 1995), a distinção entre estes dois processos é apenas teórica, considerando que na prática clínica, é impossível manter a fronteira entre terapia e psicodiagnóstico. As entrevistas diagnósticas se assemelhem às sessões de terapia, não somente pela interpretação que se faz, mas também pelas intervenções inerentes a essas situações, seja para esclarecer transferências ou para aliviar a ansiedade do paciente, etc. O psicodiagnóstico ocupa um lugar de destaque entre as opções nos serviços de psicologia, independente do motivo que leva o paciente a procurar a instituição. Ele deve ser utilizado como dispositivo para planejar, guiar e avaliar a escolha e indicação terapêutica fundamentada (MITO, 1995; MONACHESI, 1995).

Calegari (2002) diz que, entre outros, a entrevista tem como meta estabelecer *rapport* (este termo será explicado mais adiante), coletar informações que revelem os problemas, avaliar o grau de estresse e psicopatologia da família (depressão, discórdia conjugal, ansiedade, agressividade, etc.). E assim, modificar o foco de crenças causais improváveis para fatores antecedentes e as conseqüências que o cercam, e, finalmente, atingir uma formulação diagnóstica e tratamento recomendado. O diagnóstico adequado é seguido de esclarecimentos e informações que pode minimizar o estresse experienciado pelo paciente e/ou família. É importante esclarecer quaisquer dúvidas, deixando a sensação de que as dificuldades foram compreendidas, e que estão sendo atendidas por um profissional capaz de recomendar meios que ajudem a resolver os problemas verificados (CALEGARI, 2002).

No entender de Cruz (2002), os fenômenos psicológicos nem sempre se mostram inteligíveis, em quaisquer das ênfases e objetos de intervenções da psicologia. Portanto, não se configura numa tarefa fácil, pelo grau de complexidade e múltiplas determinações, equacionarem os eventos psicológicos. Por esse motivo é que se torna necessária a avaliação psicológica. Neste sentido, Quinet (2002, p.29) diz que “somente o olhar, assim armado pela razão, será capaz de perceber aquilo que não é visível a olho nu, fonte de equívocos, para chegar a *perspicuitas*⁶, a transparência”. Afinal, “uma das características básicas do conhecimento científico é o esforço em não restringir à descrição de fatos separados e isolados, mas tentar apresentá-los sob o estatuto do contexto e do estado da arte das pesquisas relacionadas” (CRUZ, 2002, p.19). Nesse sentido, quatro elementos essenciais configuram o campo da Avaliação Psicológica:

- a) Objeto - Fenômenos ou processos psicológicos;
- b) Objetivo visado - Diagnosticar, compreender, avaliar a ocorrência de determinadas condutas;
- c) Campo Teórico - Sistema conceitual, estado da arte do conhecimento;
- d) Método - Condições através da qual é possível conhecer a forma de acesso ao que se pretende explorar.

5.2.1 - Enquadramento do processo psicodiagnóstico

O enquadre desse processo consiste nos itens seguintes: Esclarecimento dos papéis respectivos; Lugar de realização das entrevistas; Horários e duração do processo (despertando para o fato de não torná-lo muito curto ou extenso); Honorários (caso se trate de consulta particular ou de instituição paga). Qualquer entrevista posterior à devolução requer o estabelecimento de um novo contrato que explicita o enquadre, as características e os objetivos da tarefa (VERTHELYI apud SANTIAGO, 1995).

5.2.2 - Etapas do processo psicodiagnóstico

Primeiro contato, entrevista semidirigida (um ou duas) com o paciente ou seus pais, quando se trata de criança ou adolescente; Aplicação de testes e técnicas projetivas; Encerramento do processo: devolução oral ao paciente e/ou pais, familiares (uma ou duas entrevistas devolutivas), em que apresentam as conclusões diagnósticas e sugere os passos seguintes a serem trilhados: psicoterapia, encaminhamento para psiquiatra ou ambos; Informe por escrito (Laudo) para o solicitante.

5.3 - O *Rapport*⁷

Ao iniciar sua atividade de testagem, seja em qual for a ênfase da psicologia, o aplicador deve realizar esta técnica que se ajusta ao seu papel de proporcionar as condições psicológicas favoráveis ao manejo da assistência individual ou grupal. Quando se trata, em especial, de seleção ou psicotécnico, é necessário que o examinador procure, em alguns minutos, estimular os sujeitos para que falem o que imaginam ou sabem a respeito dos testes psicológicos. E, a partir disso, o técnico esclarece os preconceitos ou deturpações, circulantes no senso comum, relacionados a esses instrumentos. Enfim, o *rapport* oportuniza ao profissional oferecer respaldo

informativo fundamental para uma melhor compreensão da dinâmica desse processo, no sentido de colocar o(s) examinando(s) ou o(s) paciente(s), mais próximo(s) desse momento avaliativo, e o próprio psicólogo se faz agente de motivação e solicitude.

VI - APLICAÇÃO DOS TESTES PSICOLÓGICOS

Os instrumentos técnicos, a exemplo dos testes psicológicos representam à única área de atuação que é privativa dos psicólogos (HUTZ & BANDEIRA, 2003). São de uso exclusivo dos psicólogos que, para gerenciá-los, requer treinamento e conhecimento específicos. Uma vez que os testes obedecem a uma série de regras para sua aplicação chamada de Padronização da Aplicação dos Testes, que implicam em vários procedimentos: Administração dos testes na aplicação; Questões relacionadas ao aplicador ou examinador; e Questões específicas que dizem respeito ao(s) examinado(s) ou testando(s), como serão especificados a seguir:

6.1 - Administração dos Testes na Aplicação

Os procedimentos na aplicação dos testes têm como objetivo garantir a sua validade, porque, mesmo dada a sua condição técnica e científica, um teste pode produzir resultados inválidos se for mal aplicado. Assim, deve seguir a risca as instruções e recomendações que explicitam os seus manuais. Sem, entretanto, como dizem Alchieri & Cruz (2003), assumir uma postura estereotipada e rígida. Como se espera saber o nível de aptidão ou as preferências do testando, este deve se sentir na sua melhor forma para agir de acordo com as suas habilidades, e não sob a interferência de distratores ambientais. No processo de aplicação levam-se em consideração alguns aspectos indispensáveis para a realização satisfatória dessa atividade: Qualidade do ambiente físico; Qualidade do ambiente psicológico; e Material de testagem.

6.1.1 - A Qualidade do Ambiente Físico

Todas as estruturas do ambiente físico devem colocar o testando em favorável disposição de reação. De forma que é preciso considerar as condições do local de trabalho: cadeira, mesa, espaço físico; Atmosféricas: iluminação, temperatura, higiene; De silêncio: isolamento acústico.

6.1.2 - A Qualidade do Ambiente Psicológico

O psicólogo deve atenuar o nível de ansiedade do(s) examinando(s) a um mínimo possível através do *rapport*, bem como:

- a) Verificar se o(s) examinando(s) apresenta(m) alguma dificuldade de saúde e/ou impedimentos relacionados (ALCHIERI & CRUZ, 2003);
- b) Esclarecer o(s) examinado(s) de modo que ele(s) compreenda(m) exatamente as tarefas a serem executadas;
- c) Memorizar as instruções e ministrá-las em voz alta e pausada, de uma única vez, e igual para todos (qualquer mudança implica em alteração ou invalidade dos resultados).

6.1.3 - Material de Testagem

Quando se trata de material reutilizável verificar se está em perfeito estado de conservação (ALCHIERI & CRUZ, 2003). Todo material que será utilizado no processo de aplicação deve constar em quantidade a mais do número de candidato ou examinando: Cadernos de exercício; Folhas de resposta; Papel ofício A-4 e lápis específicos conforme o teste (para o H.T.P. - teste da casa/árvore/pessoa -, por exemplo, exige-se o grafite nº 2).

6.2 - Questões Relacionadas ao Aplicador ou Examinador

6.2.1 - Das Condições Técnicas do Aplicador

Segundo Anastásia & Ordena (apud PACHECO, 2005), muitas das questões sobre o rigor e o valor da avaliação psicológica passam pela atuação do psicólogo que a realiza. Assim sendo, exige-se dele que apresente tais condições mínimas:

- a) Conhecimento atualizado da literatura e de pesquisas disponíveis sobre o comportamento humano e sobre o instrumental psicológico;
- b) Treinamento específico para o uso dos instrumentos;
- c) Domínio sobre os critérios estabelecidos para avaliar e interpretar os resultados obtidos;
- d) Capacidade para considerar os resultados obtidos à luz das informações mais amplas sobre o indivíduo, contextualizando-os;

- e) Seguir as orientações existentes sobre organizações dos laudos finais e, acima de tudo, garantir princípios éticos quanto ao sigilo e à proteção ao(s) indivíduo(s) avaliado(s).

6.2.2 - Modo de Atuação do Aplicador

O aplicador ou examinador também deve ter cuidados com os itens seguintes:

- a) Não aceitar pressão quanto ao emprego de determinados instrumentos a fim de reduzir os custos para empresa ou escola, que interfiram na qualidade do trabalho (ALCHIERI & CRUZ, 2003);
- b) Fazer prevalecer o princípio da isonomia, que consiste em tratar a todos do mesmo modo (remarcar um teste psicológico para um candidato, por exemplo, é dar tratamento diferenciado, o que infringe este princípio legal);
- c) Não responder as questões dos examinandos com maiores detalhes do que os permitidos pelo manual (ALCHIERI & CRUZ, 2003). Ou seja, as dúvidas sobre todas as questões devem ser esclarecidas sem que o aplicador dê indicativo de resposta (este item é mais delicado quando se trata de criança ou pessoa com cuidados especiais);
- d) Usar um vocabulário apropriado (sem: gíria, jargão psicológico, palavras chulas, ou rebuscadas);
- e) Procurar ter equilíbrio emocional;
- f) Evitar a familiarização do público com os conteúdos dos testes, o que perderia sua característica avaliativa;
- g) Assegurar que os testes vão ser utilizados por examinador qualificado (psicólogo devidamente registrado no Conselho Regional de Psicologia-CRP, e/ou aluno estagiário de psicologia sob orientação ou supervisão do psicólogo);
- h) Controlar a comercialização dos testes psicológicos;
- i) Considerar as condições nas quais os testes foram realizados, quando for apurar e interpretar seus resultados;
- j) A aparência, nesse tipo de atividade o aplicador não é livre para usar qualquer roupa, uma vez que esta variável interfere nos resultados. Recomendam-se roupas limpas e adequadas, ou seja, formais, discretas, nunca “chamativas” ou sensuais; e o uso moderado de perfume. Pessoas muito sensíveis a odores podem sentir-se incomodadas ao lado de outra(s) ou na mesma sala com a fragrância muito forte. Se for uma grávida o incômodo pode ser ainda mais acentuado.

6.2.3 - Controle dos Vieses do Aplicador

A postura do aplicador pode afetar o processo. Pesquisas conclusivas dão conta de sua grande interferência nos resultados. O psicólogo é um ser humano com seus problemas, etc., como os demais, mas também é um técnico, e por isto mesmo deve estar consciente desta influência, para procurar minimizá-la. Espera-se que tenha adquirido habilidades próprias da profissão, das quais faça uso em situação de testagem, a exemplo, do autoconhecimento mais elaborado que lhe permita, com base nisto, conhecer melhor as suas aptidões e limitações.

6.3 - Questões Específicas que Dizem Respeito ao(s) Examinado(s) ou Testando(s)

6.3.1 - Os Direitos dos Testandos

No Brasil, a atuação do psicólogo na testagem é considerada uma atividade pericial. Por lei, os peritos devem prestar serviço de qualidade à sociedade, e esta qualidade pode ser cobrada judicialmente. Por conseguinte, o psicólogo responde até criminalmente por sua conduta na área dos testes psicológicos. Os direitos do testando, de modo geral, são norteados pelos Comitês de Ética em Psicologia e pelas normas para Testagem Educacional e Psicológica da *American Psychological Association* (APA), nos seguintes aspectos:

- a) Consentimento dos testandos ou seus representantes legais, antes da realização da testagem. As exceções a esta regra são: Testagem por determinação legal (perícia) ou governamental (testagem nacional); Testagem como parte de atividades; escolares regulares; Testagem de seleção, em que a participação implica consentimento;
- b) Testagem em escolares e aconselhamento, os sujeitos têm o direito a explicações em linguagem que eles compreendam sobre os resultados que os testes irão produzir e das recomendações que deles decorram;
- c) Testagem em escolas, clínicas, quando os escores são utilizados para tomar decisões que afetam os testandos, estes ou seus representantes legais têm o direito de conhecer seu escore e sua interpretação.

6.3.2 - Sigilo e Divulgação dos Resultados

O candidato (empresa), paciente (clínica), orientando (clínica e escola) que submetem aos testes tem o direito a toda e qualquer informação que desejar. Mas, o solicitante da testagem: Dono da empresa, no caso da seleção ou juiz, em caso pericial, etc., terá as informações estritamente relacionadas ao motivo da solicitação. O sigilo e a segurança dos resultados dos testes devem seguir as normas seguintes:

- a) Os arquivos devem ser seguros, de modo que ninguém possa ter acesso a um dado sem a autorização do profissional responsável;
- b) O código de ética do psicólogo diz: “É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional” (Art. 9º, do Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005, p.13).

6.3.3 - Guarda dos documentos e condições de guarda

Os documentos escritos decorrentes de avaliação psicológica e todo material utilizado deverão ser guardados no prazo mínimo de 5 (cinco) anos, sob a responsabilidade tanto do psicólogo quanto da instituição realizadora do processo. Em caso de solicitação judicial a manutenção da guarda poderá se estender por mais tempo. Esgotado o prazo, o psicólogo ou instituição responsável destruirá o material de forma a não permitir a quebra do sigilo das informações (MANUAL-CFP, 2000).

VII – PARÂMETROS PSICOMÉTRICOS

Para Alchieri & Cruz (2003), os instrumentos psicométricos estão basicamente fundamentados em valores estatísticos que indicam sua sensibilidade (ou condição de adaptação do teste ao grupo examinado), sua precisão (fidedignidade nos valores em relação à confiabilidade e estabilidade dos resultados) e validade (segurança de que o teste mede o que se deseja medir), como será visto em alguns detalhes a seguir:

7. 1 - Validade e Precisão: A avaliação objetiva dos testes psicológicos inclui, em geral, a determinação da sua validade e da sua precisão em situações específicas. Segundo Pasquali (2001, p.112), “costuma-se definir a validade de um teste dizendo que ele é válido se de fato mede o que supostamente deve medir”. A validade é a questão mais importante a ser proposta com relação a qualquer teste psicológico, uma vez que, apresenta uma verificação direta do teste satisfazer sua função.

Pasquali (2001) considera que o conceito de precisão ou fidedignidade se refere ao quanto o escore obtido no teste se aproxima do escore verdadeiro do sujeito num traço qualquer. O termo precisão, quando usado em psicometria, sempre significa estabilidade ou consistência. Precisão do teste é a consistência dos resultados obtidos pelo mesmo indivíduo, quando retestado com o mesmo teste, ou com uma forma equivalente. Antes de um teste psicológico ser apresentado para o uso geral, é preciso realizar uma verificação completa e objetiva de sua precisão.

7. 2 - Padronização da Administração do Teste (Normas): Num sentido geral, a padronização se refere à necessária uniformidade em todos os procedimentos no uso de um teste válido e preciso. Desde as precauções a serem tomadas na aplicação até os parâmetros ou critérios para interpretar os resultados obtidos (PASQUALI, 2001). O teste psicológico foi descrito, na definição inicial, como uma medida padronizada. A padronização implica em uniformidade do processo de avaliação do teste. Se vamos comparar os resultados obtidos por diferentes indivíduos, as condições de aplicação devem ser, evidentemente, iguais para todos. Padronização = uniformidade na aplicação dos testes, e Normatização = uniformidade na interpretação dos escores dos testes.

VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se associe a psicologia ao uso de teste psicológico, no entanto é apenas uma minoria dos psicólogos que aceitam testes psicológicos na sua práxis. Muitos desprezam esses instrumentos, mais por não saber ou não querer utilizá-los com base no conhecimento dos mesmos. Como diz Nascimento (2005), os testes continuam sendo alvos de críticas por muitos colegas e, em certos meios, a psicometria chega a ser considerada uma modalidade desprestigiada da psicologia. Ainda segundo a autora, a depreciação mais contundente parte das correntes humanística e psicanalítica que vêem no psicodiagnóstico uma forma de classificar personalidades. Essas abordagens consideram que essa modalidade avaliativa discrimina, estigmatiza e reduciona, em vez de considerar a pessoa na suas singularidade e dinâmica.

Em sua pesquisa realizada com psicólogos sobre o uso de testes psicológicos, Venturi & Silva (apud PACHECO, 2005), concluíram que os entrevistados concebem o uso dos testes como

de importância na sua prática, ao mesmo tempo em que identificam desinteresse por esse instrumental por causa do preconceito e ceticismo generalizados. Ademais, acreditam ser necessário rever o ensino das técnicas de avaliação psicológica. As sugestões apresentadas pelos pesquisadores acima citados, para melhoria no ensino dos testes psicológicos, foram: O ensino dos testes deve ser aliado à prática; Os alunos devem submeter-se aos testes ou aplicá-los em outras pessoas; Os alunos devem realizar estágios em que possam aplicar os testes; O aluno deve receber uma sólida base teórica sobre os testes utilizados.

Porém, estes itens apontados como favoráveis para aprendizagem dos testes psicológicos, mesmo quando seguidos na íntegra, ainda assim encontra resistência em boa parte dos discentes. Um dado curioso é que os psicólogos não fazem crítica à utilização de testes na área infantil, então com criança pode, não tem do que criticar? A seu favor, pode se argumentar que é pelo fato da criança não ter um repertório oral pronto de auto-expressão. É verdade, mas, por conseguinte ela tende a ser mais autêntica!

Apesar da validade e legitimidade do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em relação aos testes atuais, parece inadiável repensar não somente a epistemologia dos testes, mas, também as categorias das doenças psicológicas e a psicologia como um todo. Afinal, alguns autores, na sua maioria da filosofia, o que é mais intrigante, já vem formatando, havia tempo, perfis atuais e coerentes do homem pós-moderno, a exemplo do “Mínimo eu” de Lasch (1987), do “Homem líquido” de Bauman (2004), e outros.

Finalmente, ou desdobramos a psicologia para entendermos esse novo homem em construção na “Sociedade depressiva” (ROUDINESCO, 2000), na “Era do vazio” (LIPOVETSKY, 2005), que produz o “Homem sem alma” (KRISTEVA, 2002), ou continuaremos a atendê-lo e avaliá-lo nos parâmetros enviesados do século passado. Aí, certamente, nos reduziremos ao que diz Guattari (2005, p.16 - grifo do autor), “em profissionais ‘psi’, sempre assombrados por um ideal caduco de cientificidade”.

NOTAS:

1. Latente, aqui não tem o sentido usado abusivamente nas teorias da personalidade. Segundo Pasquali (2001), este conceito de traço latente é utilizado também pela Teoria moderna de Resposta ao Item (TRI), no campo da Psicometria, para se referir aos processos mentais em oposição aos processos físicos ou comportamentais.
2. Utilizadas após as medidas sensoriais para investigar as reações mais afetivas e emocionais.
3. Q.I. = Quociente Intelectual, IM = Idade Mental, IC = Idade Cronológica.

4. Porém, uma avaliação sem o uso auxiliar dos testes psicológicos a categoriza como um processo insustentável, a entrevista é muito subjetiva, e a percepção do entrevistador varia conforme seu humor ou estado de espírito atual. Enfim, de qualquer forma a subjetividade está presente seja com ou na ausência dos testes, mas estes disponibilizam parâmetros de avaliação que poderão ser facilmente checados em caso de dúvida, etc., por outro aplicador/avaliador.
5. É pertinente notar que Lacan (apud VORCARO, 1995) considera que a palavra do paciente é um discurso que torna triádica a relação psicólogo/paciente, visto que o inconsciente se manifesta na fala. Esta que vai além do que diz e de suas intenções. A clínica se exerce na valorização daquilo que, na fala do paciente não se compreende, até porque é nessa incerteza que a fala é plena.
6. Grifo do autor. Vem de *perspicue* (claramente, manifestadamente).
7. Não há uma lógica para o uso deste termo francês que não seja, talvez, o costume de querer sofisticar. Entre outros, significa: analogia; relação; razão; coito, relação sexual. Neste contexto seria: *mettre en rapport* = colocar em contato (PEREIRA & SIGNER, 1992).

REFERENCIAL

ANASTASI, A. (1977). Testes psicológicos. Tradução D. M. Leite. 2. ed. São Paulo: EPU.

ALCHIERI, J. C. & CRUZ, R. M. (2003). Avaliação Psicológica: conceito, métodos e instrumentos. São Paulo: Casa do Psicólogo. (Coleção temas em avaliação psicológica).

BAUMAN, Z. (2004). Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução C. A. Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar.

CALEGARO, M. (2002). Avaliação psicológica do transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). In: CRUZ, R. M. et al. (Orgs.). Avaliação e medidas psicológicas: produção de conhecimento e de intervenção profissional. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Código de Ética Profissional do Psicólogo. (2005). Conselho Federal de Psicologia (CFP): Brasília.

CUNHA, J. A. et al. (1993). Psicodiagnóstico – R. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas.

CRUZ, R. M. (2002). O processo de conhecer em avaliação psicológica. In: CRUZ, R. M et al. (Orgs.). Avaliação e medidas psicológicas: produção de conhecimento e de intervenção profissional. São Paulo: Casa do Psicólogo.

GUATTARI, F. (2005). As três ecologias. 16. ed. Tradução M. C. F. Bittencourt. São Paulo: Papyrus.

GUZZO, R. S. & PASQUALI, L. (2001). Laudo psicológico: a expressão da competência profissional. In: PASQUALI, L. (Org.) Técnicas de exame psicológico – TEP. Manual. vol. I: fundamentos das técnicas psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo / CFP.

HUTZ, C. S. & BANDEIRA, D. R. (2003). Avaliação psicológica no Brasil: situação e desafios para o futuro. In: YAMAMOTO, O. H. & GOUVEIA, V. V. (Orgs.). Construindo a psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica. São Paulo: Casa do Psicólogo.

KRISTEVA, J. (2002). As novas doenças da alma. Tradução J. A. A. Melo. Rio de Janeiro: Rocco,

LASCH, C. (1987). O mínimo Eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. 4. ed. Tradução J. R. M. Filho. São Paulo: Brasiliense.

LIPOVETSKY, G. (2005). A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Tradução T. M. Deutsch. Barueri-SP: Manole.

Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas. (2000). Conselho Federal de Psicologia (CFP): Brasília.

MITO, T. I. H. (1995). Psicodiagnóstico formal e avaliação informal. In: ANCONA-LOPEZ, M. (Org.). Psicodiagnóstico: Processo de intervenção. São Paulo: Cortez

MONACHESI, Y. (1995). Reflexões sobre o uso do diagnóstico em instituições. In: ANCONA-LOPEZ, M. (Org.). Psicodiagnóstico: Processo de intervenção. São Paulo: Cortez.

NASCIMENTO, R. S. G. F. (2005). A informática e a avaliação psicológica. In: Psicologia e informática: desenvolvimentos e progressos. São Paulo: CRP-SP / Casa do Psicólogo. (Coleção qualificação profissional).

NORONHA, A. P. P. & ALCHIERI, J. C. (2005). Reflexões sobre os instrumentos de avaliação psicológica. In: PRIMI, R. (Org.). Temas em Avaliação Psicológica. IBAP / Porto Alegre e Casa do Psicólogo / São Paulo.

OCAMPO, M. L. S. et al. (1995). O processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas. Tradução M. Felzenszwalb. São Paulo: M. Fontes.

PACHECO, E. M. C. (2005). Produção Científica e Avaliação Psicológica. In: WITTER, G. P. (Org.). Metaciência e Psicologia. Campinas-SP: Alínea.

PASQUALI, L. (Org.). (2001). Técnicas de exame psicológico – TEP. Manual. Vol. I: Fundamentos das técnicas psicológicas. São Paulo: Casa do Psicólogo / CFP.

PEREIRA, H. B. C. & SIGNER, R. (1992). Michaelis: pequeno dicionário francês-português / português-francês. São Paulo: Melhoramentos.

QUINET, A. (2002). Um olhar a mais: ver e ser visto na psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar.

ROUDINESCO, E. (2000). Por que a psicanálise? Tradução V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar.

SANTIAGO, M. D. E. (1995). Psicodiagnóstico: uma prática em crise ou uma prática na crise? In: ANCONA-LOPEZ, M. (Org.). Psicodiagnóstico: Processo de intervenção. São Paulo: Cortez.

VORCARO, A. M. R. (1995). Compreender ou estranhar: incidências no psicodiagnóstico. In: ANCONA-LOPEZ, M. (Org.). Psicodiagnóstico: Processo de intervenção. São Paulo: Cortez.

YALOM, I. D. (2006). Os desafios da terapia: reflexões para pacientes e terapeutas. Tradução V. P. Assis. Rio de Janeiro: Ediouro.